

SANTOS, Gevanilda. Relações raciais e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2009.

Tatiane Felix da Cruz Medrado¹

A história do negro no Brasil foi sempre contada sob a perspectiva do homem branco, o qual obviamente enalteceu em sua versão os feitos dos colonizadores, dos generais, dos grandes nomes da elite nacional. É historicamente recente o entendimento da necessidade de mostrar a narrativa por outra ótica, isto é, pela visão do povo negro e as consequências da escravidão na construção de uma estrutura desigual do país.

Em *Relações Raciais e Desigualdades no Brasil*, Gevanilda Santos - professora universitária aposentada, dedicada a pesquisas sobre as desigualdades sociorraciais brasileiras e membro da diretoria da Soweto organização Negra, entidade paulista filiada à Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) – apresenta um ponto de vista histórico desligado da versão oficial ensinada por séculos na escola, e que descaracteriza o horror da escravidão. Por meio de números, pesquisas e análises históricas acuradas, a autora traça uma linha temporal em que discute a exclusão do negro, a construção da identidade afro-brasileira e a urgência da desconstrução da visão racista por meio da educação e de políticas públicas.

Dividida em seis capítulos, no primeiro, a obra aborda os índices da desigualdade racial brasileira e a manifestação do preconceito no país – quais as origens, como se perpetua e como é negado. Baseada em pesquisas feitas pelo Ipea (Intituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Santos mostra que desde a abolição a pobreza do negro tem relação com a riqueza do branco, uma vez que este historicamente foi privilegiado nas oportunidades de ascensão social e durante longo tempo escravizou e explorou aquele. Apesar dos números serem de índices contabilizados entre 1995 e 2005, constata-se que quase nada se alterou depois.

No segundo capítulo, a República Velha (1889 - 1930) e as relações raciais brasileiras são apresentadas de maneira crítica – partindo da desconstrução do que

¹ Professora de Língua Portuguesa em curso preparatório para concurso público, formada em Letras, mestranda no programa de Ciências Humanas Interdisciplinaridade da Universidade Santo Amaro.

se conhece da história, a autora aponta que o fim da escravidão, da qual o Brasil foi o último país a se livrar, não aboliu o monopólio da terra; não abriu oportunidades aos recém-libertos preferindo importar mão de obra imigrante e branca; construiu uma imagem negativa e estereotipada do sujeito negro, o que leva à conclusão de que foram séculos de exclusão que os relegaram à margem da sociedade desde a abolição. Fica claro que o elevado padrão de desigualdade racial brasileira é baseado em fatos históricos que comprovam a constante subjugação do negro.

No terceiro capítulo, fala-se da era Vargas (1930 – 1945) e o mito da democracia racial fomentado à época, isto é, a crença de que, no Brasil, por conta da abolição e da miscigenação, todos tiveram e têm as mesmas oportunidades e experiências. Esse mito de que o brasileiro é um povo misturado e, portanto, igual distorceu a compreensão de alguns processos históricos relativos às relações raciais brasileiras criando a falsa ideia de que não existe racismo no país, além disso, dificultou o entendimento de uma identidade negra brasileira.

Seguindo o esclarecedor panorama histórico, no quarto capítulo, apresentam-se as relações raciais no pós-guerra (1945 – 1964) citando grandes estudiosos e ativistas como Abdias do Nascimento, Oracy Nogueira e Florestan Fernandes, cujos pensamentos discutiram a questão da negritude e da consciência negra, além da formação dos movimentos negros no início do século XX a partir da Frente Negra Brasileira, a qual trazia em seu discurso a ascensão do negro a partir da educação, das ciências, das artes e da literatura.

Após esse período em que o movimento negro se organiza mais fortemente a fim de legitimar as reivindicações para uma sociedade mais igualitária; nos anos 60 – tema do quinto capítulo -, em meio à ditadura militar, o protesto negro contra a discriminação racial, contra a violência policial e a favor da valorização da identidade e cultura negra cumpriu seu papel, pois denunciou o mito da democracia racial tão enraizado na sociedade brasileira e trouxe à tona a necessidade de desconstruir estereótipos sobre o povo negro tanto em relação à aparência, quanto à cultura de um modo geral. Efetivamente, iniciava-se uma nova era na militância negra, sempre ativa, porém não reconhecida. Em 1971, foi criado o grupo Palmares que realizou em 20 de novembro daquele ano o primeiro ato de repúdio à história do Brasil homenageando Zumbi, e, em São Paulo, o Movimento Negro Unificado (1978) fez um ato público contra a Discriminação Racial nas escadarias do Teatro Municipal.

Por fim, no sexto capítulo, encerrando a perspectiva histórica, a autora trata dos avanços na sociedade contemporânea, na legislação e no movimento negro de hoje. Destaca-se a criação de leis antirracistas – como o artigo 68 da Constituição de 1988, favorável ao reconhecimento de terras quilombolas; a Lei Caó (1989) que criminaliza o racismo e a lei 10.639 (2003) a qual inclui o ensino de história e cultura africana no currículo educacional – além da multiplicação e reconhecimento da militância negra brasileira.

Por tudo que expõe, a leitura dessa obra é essencial – não só aos interessados na temática, mas a todo brasileiro que precisa reconhecer a história do negro no país para alterar como o vê na sociedade –, pois discute de forma clara e didática, as consequências da escravidão, o racismo velado e as mudanças ocorridas no país desde o final do século XIX. Quando se reconhece a dívida histórica que o Brasil tem com o negro por séculos de exclusão e opressão, estimula-se o debate sobre qual é o compromisso dos brasileiros com a redução das desigualdades em geral.

No Brasil, a relação racista historicamente comprovada entre a sociedade e os negros e seus descendentes tem como função camuflar a desigualdade que combina pobreza resultante da exploração de classe com a discriminação racial que subalterniza e deprecia socialmente negro.

Há, de fato, como herança por todo esse tempo histórico em que o negro foi visto como um ser de menor valor à sociedade, uma tendência a diminuir – no passado e no presente – reivindicações, reclamações, denúncias de humilhação e maus tratos de todo tipo. É como se o negro não tivesse do que reclamar, haja vista estar “liberto” desde 1888 e, por isso, poder exercer sua liberdade de forma igualitária.

O objetivo desse discurso social falso e autoritário que invalida o discurso de resistência negra é naturalizar a desigualdade para fortalecer a convicção de que não há nada a se fazer, logo, nada a ser mudado nas classes e nas relações sociais: os brancos continuam em posição superior ao negro, exercendo uma relação de poder sobre ele. Santos afirma que o efeito mais perverso do racismo é inibir a participação social do negro em todos os níveis da cidadania plena, embora ressalte que nos últimos trinta anos muitos avanços foram alcançados, uma vez que o mito

da democracia racial está sendo desconstruído pela consciência negra, em que o próprio negro se reconhece como sujeito nesse processo.

Atualmente, já existe um reconhecimento social da questão da desigualdade implantada por meio do racismo, prova disso são as propostas de implantação das políticas públicas contra a discriminação e a desigualdade racial. O grande desafio, contudo, ainda é romper com a prática discriminatória ou preconceituosa instituída nos mais diversos setores – no trabalho, na educação, na saúde, na segurança pública – e que, claro, reflete na construção de identidade do negro.

Toda e qualquer identidade é construída socialmente e a do negro é resultado de uma situação opressiva de conflito, de exclusão, de exploração, por isso, o tema da identidade racial brasileira exige uma reflexão sobre a maneira como a transposição da identidade pessoal para a coletiva se realiza. No contexto discriminatório e miscigenado, aceitar-se como negro – algo que não está associado apenas ao reconhecimento do tom da pele – e praticar a consciência negra, isto é, entender o racismo, as consequências da escravidão e se posicionar contra o lugar de submissão que a sociedade racista impõe, não é um processo fácil. Ainda hoje é um ato revolucionário orgulhar-se e exercer a identidade negra no Brasil.

Para tanto, conhecer a história real, narrada sem intenções e não mais apenas sob uma perspectiva – a do homem branco – é o primeiro passo para o debate que forma a consciência negra e antirracista. Em *Relações raciais e Desigualdade no Brasil*, Santos aponta a educação, formal e não formal, como saída democrática para combater o racismo e, ao mesmo tempo, promover a igualdade racial.